

POSSIBILIDADES E DESAFIOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

LUANA PEREIRA DE ANDRADE

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

DAILZA ARAÚJO LOPES

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo

O presente artigo prevê refletir sobre os efeitos, as dificuldades e as lutas inerentes ao processo de escolarização das mulheres, bem como o modo como as relações de gênero influenciam em sua integração e permanência na escola. Para tanto, a metodologia aplicada é de ordem bibliográfica, a partir de estudos já realizados sobre a trajetória das mulheres para regressar à escola e o papel da Educação de Jovens e Adultos - EJA nesse processo. Assim, após as análises realizadas, conclui-se que a importância do movimento de mulheres na luta para conseguir a diminuição das desigualdades de gênero existentes, através dos movimentos feminista e movimento feminista negro; concebe-se o acesso à escolarização como um caminho para a mudança de vida, tanto das mulheres, quanto das suas famílias; e por fim, reitera-se a necessidade de políticas públicas que possam garantir a permanência das mulheres na EJA.

Palavras-chave: Desigualdades. Mulheres. EJA.

3283

Abstract

This article aims to reflect on the effects, difficulties and struggles inherent in the process of women's schooling, as well as how gender relations influence their integration and permanence in school. To this end, the methodology applied is bibliographical, based on studies already carried out on the trajectory of women returning to school and the role of Youth and Adult Education (EJA) in this process. Thus, after the analyses carried out, we conclude that the women's movement is important in the fight to reduce existing gender inequalities, through the feminist and black feminist movements; we see access to schooling as a way of changing the lives of both women and their families; and finally, we reiterate the need for public policies that can guarantee the permanence of women in the EJA.

Keywords: Inequalities. Women. EJA.

Introdução

Os estudos sobre mulheres potencializaram-se no século XIX. Joan Scott (1995) aponta para a visão conceitual do gênero, a partir da perspectiva da construção sócio analítica e como uma crítica a visão essencialista da mulher, inaugurando os debates e tensionamentos sobre as questões de gênero, e este como marcador analítico que possibilita compreender as relações de poder estabelecidas historicamente entre homens e mulheres, a partir de uma hierarquia que

coloca o masculino como superior em detrimento do feminino, com base nas considerações biológicas do sexo.

É sabido que, historicamente as desigualdades de gênero existentes contra as mulheres, vem desde os primórdios, onde o homem, por ter sido colocado como sujeito universal e num lugar simbólico de superioridade, detinha o poder de mando e decisão sobre a família, fazendo com que sistemas políticos desenvolvessem-se pelo comando masculino (Pedro; Pinsky, 2018). Por muito tempo as mulheres foram excluídas da participação nos espaços públicos, do trabalho fora do âmbito doméstico e da educação, além de estarem submetidas (isso ainda ocorre) ao poder de homens de sua família, em geral seus pais e maridos, de não ter autonomia sobre si e sobre o seu corpo. Heleieth Saffioti (2004) aponta que o percurso histórico da mulher é de marginalização, por sua classe social e por seu sexo, de modo que os preconceitos são utilizados a fim de darem lugar à dimensão opressiva da inferiorização.

Com o surgimento de várias frentes de movimentos em luta pelos direitos das mulheres, como por exemplo, o movimento feminista e o movimento feminista negro, fizeram com que nós, mulheres, conseguíssemos algumas mudanças perceptíveis na sociedade, e quebrar algumas barreiras ideológicas, mesmo havendo muito mais a ser avançado. Esses movimentos foram os propulsores para que hoje fosse possível que as mulheres pudessem sair do espaço doméstico e adentrar ao mercado de trabalho, alcançando melhores posições na sociedade, e principalmente, retornar aos estudos.

De acordo com estudo realizado por Fúlvia Rosemberg (1990) aponta que havia diferença nos estudos ofertados para mulheres e homens, devido à natureza simbólica dos papéis desenvolvidos na sociedade. Guacira Louro (2020) traz que o acesso das mulheres à escolaridade se deu em várias perspectivas, pois a cada período histórico havia um projeto educacional em vigor. Porém, ao longo de toda a história é a mulher que se torna responsável pela educação dos/as filhos/as, dos maridos e pela condução moral e ética da sociedade, por isso, a autora aponta a incidência da feminização do magistério. Por isso, pode-se refletir que devido às construções sociais em torno da perspectiva biológica, a maternidade tem sido um dos elementos que dificultam o retorno das mulheres tanto para escola, quanto para o mercado de trabalho¹. A falta de uma rede de apoio para mulheres na reinserção à escola, é um dos fatores que provoca a falta de escolaridade feminina ao longo da história.

¹ Mais informações disponíveis em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/maternidade-e-um-desafio-para-a-igualdade-no-acesso-ao-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 14 de abril 2024.

Diante desse contexto, as mulheres que não tiveram oportunidade de concluir o processo de escolaridade regular, de acordo com a sua idade, poderia ter seus estudos finalizados através da modalidade educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Logo, o acesso através da EJA, pode levar à redução na exclusão, na desigualdade de gênero e opressão, que historicamente surgiu, colocando a mulher em um lugar de submissão ao pai, marido e aos filhos. As estudantes da EJA são um grupo de exclusão social, na qual o responsável pela garantia da educação, são responsáveis por uma dívida com essas pessoas, sobretudo, tiveram menos oportunidades de frequentar escola, pressuposto de já serem mães, esposas, donas de casa, trabalhadoras domésticas, para trazerem o sustento à família ou completar a renda. (Santos, 2003).

A proximidade com a temática do presente estudo, surge a partir de visita realizada no ano de 2022, em uma Escola Municipal de Jequié/BA, uma turma de EJA, do 1º ao 3º ano, no turno noturno, com alunos/as de 25 a 70 anos. Onde foi possível estabelecer diálogos sobre as lutas, as vivências, as perspectivas e os desafios que as mulheres na modalidade EJA enfrentaram e enfrentam todos os dias para ter acesso à escolarização.

Nesse íterim as reflexões aqui gestadas, tem como proposta possibilitar a construção de vários debates a fim de conhecimento, debater, buscar os saberes dessas mulheres no EJA, com intuito de ajudar a diminuir a exclusão, opressão, desvalorização e desigualdade, transformando uma história marcada por dor e sofrimento, e assim quebrando um espelho que refletia sempre o passado.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa, é refletir sobre os efeitos, as dificuldades e as lutas inerentes ao processo de escolarização das mulheres, bem como o modo como as relações de gênero influenciam em sua integração e permanência no processo de escolarização. Uma vez que, acessar o conhecimento sobre os direitos das mulheres, às políticas públicas existentes, o entendimento da construção social e cultural das mulheres, vai colaborar para que mais conquistas femininas sejam alcançadas.

Breve percurso Histórico dos movimentos de mulheres

Realizar um recorte histórico, torna-se necessário para que se consiga ter um pouco de noção das lutas que as mulheres em suas mais diversas identidades, conseguiram vencer para termos na atualidade, acesso à escolaridade. No século XVIII, Mary Wollestonecraft, publicada em 1792, o livro ‘Reivindicação dos Direitos da Mulher’, um clássico em defesa dos direitos das mulheres, da liberdade, igualdade e fraternidade, buscando sobretudo questionar e analisar,

a ordem sexual que faz com que prevaleça a opressão estrutural das mulheres em relação ao sexo masculino, atribuindo responsabilidades à educação que lhes é ministrada, que as educa somente para serem esposas fiéis e dedicadas ao lar. (Liberato, 2020).

No Brasil, no século XIX, tivemos uma Educadora, filha, mãe, esposa, escritora, poetisa, tradutora e jornalista, Nísia Floresta Brasileira Augusta ou Dionísia Gonçalves Pinto, com uma consciência antecipadora, em que lutava para romper as desigualdades sofridas pelas mulheres na época. Movimentou e esteve em vários estados e países, na qual trabalhou, opinou e dialogou sobre todos os questionamentos sobre a falta dos direitos das mulheres, as desigualdades e o preconceito. (Almeida; Dias, 2009).

Cleide Almeida e Elaine Dias (2009) citam em seu estudo, a forma como Nísia Floresta pensava e incentivava a busca pelo acesso à escolarização:

Insistia nas mudanças da educação brasileira, que negligenciava a apreensão suficiente e adequada do conhecimento, embutia uma exposição velada da figura feminina sob a capa da sensibilidade das jovens e dividia os brasileiros em duas classes distintas: rica e pobre. (Almeida; Dias, 2009, p. 19).

No início do século XX, forças foram unidas para que possibilitasse chegar em soluções, as mulheres começaram a organizar-se em uma luta com a finalidade de reivindicar o direito à participação política, ato na qual mostraram sua força e garra para alcançar os seus direitos. Nesse tempo, as mulheres mais vulneráveis economicamente, já tinham o direito de trabalhar fora de casa nas sociedades ocidentais, não tinham direito a voto e eram mal remuneradas.

3286

Nísia tinha uma meta: formar e modificar consciências¹⁴. Os conteúdos de seus livros buscavam a alteração do quadro ideológico social, vigente à época das suas publicações, ao denunciarem o cenário da educação nacional e em sua militância procurava sedimentar e solidificar a práxis educativa. (Almeida; Dias, 2009, p. 20).

Para Sergio Gomes da Silva(2010), o movimento feminista que permeava o século XX travava uma luta para a inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho e a conciliação da vida profissional com a vida matrimonial, assim:

[...] ao propor uma discussão acerca do papel social da mulher no seio da sociedade, das relações familiares, das leis trabalhistas, das responsabilidades sexuais e reprodutivas, das políticas públicas e, principalmente, das relações interpessoais, deu origem a uma nova identidade feminina a partir da noção de gênero [...](Silva, 2010, 260.).

Com isso, é possível analisar dois pontos importantes: o feminismo focou na libertação sexual feminina, ao mesmo tempo em que mulheres negras conciliavam a luta contra o racismo com o feminismo, surgindo o feminismo negro, na qual, mulheres negras promoveram eventos em boa parte dos estados brasileiros para debater questões do feminismo negro². (Rodrigues e Prado, 2010)

Cristiano Rodrigues e Marco Prado (2010), apontam que:

Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra vai tomando mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertioga, ocorrido no ano de 1985, e as consequências mais óbvias desses embates são a entrada de vez na cena pública brasileira do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, culminando com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988. (Rodrigues e Prado, 2010, p. 450).

No mundo, os homens são maioria em todos os cargos³, além de ganharem uma média salarial de 16,4% a mais que as mulheres⁴, mesmo desempenhando a mesma função, apesar delas buscarem mais estudos e qualificação. Quando os marcadores sociais de raça são acionados, esses dados são ainda maiores, devido ao racismo e sexismo que afetam as mulheres negras. Lélia Gonzalez (1989) e Luiza Bairros (1995) denunciaram as desigualdades que afetam as mulheres negras e a forma como a sociedade mantém os privilégios eurocêntricos para os sujeitos masculinos.

A partir das análises realizadas Cristiano Rodrigues e Marcos Prado (2009) reiteram que:

O Movimento de Mulheres Negras, ao inscrever-se no espaço público como sujeito coletivo, baliza sua identidade coletiva a partir do modo como racismo e sexismo ordenam a vida social de homens e mulheres, negros e brancos, sugerindo que, para além de práticas e pertencimentos (ser mulher negra), busquem também o reconhecimento da diferença (a especificidade desse pertencimento), articulando em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais oprimidos, construindo o que Mouffe (1988) define como redes de equivalência. (Rodrigues e Prado, 2010, p.453).

²“Para o feminismo negro as opressões sofridas pelas mulheres negras são resultantes da intersecção de opressões de gênero, de raça e de classe que colocam a maioria das mulheres negras à margem do poder e da representação, expostas a violência racial e de gênero, imersas na marginalidade econômica e invisibilizadas em diferentes contextos” (online, s/p, 2022). Mais informações disponíveis em: <https://www.geledes.org.br/a-importancia-do-feminismo-negro-para-o-movimento-feminista-brasileiro/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwoPOwBhAeEiwAJuXRh_QzVBGN_bM_9a-oAwAIF8yGBIfq-6MzF35bH7ckoG6jMSgO1zYQaRoCChcQAvD_BwE>. Acesso em: 15 abril 2024.

³ Mais informações disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/revista-61783060>>. Acesso em: 15 abril 2024.

⁴ Mais informações em: <<https://mercadoconsumo.com.br/21/06/2023/gestao/homens-ganhavam-em-2021-163-a-mais-que-mulheres-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 15 abril 2024.

Além do espaço público, o Movimento de Mulheres Negras, e outros movimentos de mulheres, ganham espaço nas redes sociais, “o ativismo feminista que acontece por meio das redes sociais pode contribuir para esse acesso à informação, pois fornece conteúdos de linguagem acessível e de alcance fácil”. (Pires e Motta Castro, 2020, p. 159).

Dito isto, compreende-se que o acesso à informação é um mecanismo que pode possibilitar a reivindicação dos direitos femininos, e assim, garantir que as próximas gerações estejam inseridas em um contexto de equidade. Assim, a educação, é fundamental para alcance de mais espaços de poder, e para as mulheres que não tiveram acesso a essa “educação” por meio da escolaridade, apresentamos a EJA como um meio possível para esse fim.

Educação de Jovens e Adultos - EJA como um outro caminho possível

A educação enquanto direito fundamental está garantida na Constituição Federal de 1988 e em outras legislações que visam atender a essa obrigatoriedade. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB nº 9394 de 1996, estabelece com base as diretrizes de todos os ensinos

Art. 4º . O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...] VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...] (Brasil, 1996, s/p).

3288

Logo, quem não consegue acesso ou permanência durante a idade escolar, pode acessar a conclusão dos estudos por outras vias, uma delas é a Educação de Jovens e Adultos - EJA. De acordo com Sandra Nascimento (2013, p. 09) a EJA “é uma modalidade de ensino destinado a jovens e adultos que não tiveram acesso ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino na idade própria”.

Além disso, esta modalidade de ensino é um lugar de acolhimento e vivência social, a volta para a escola é um mundo novo de várias possibilidades e barreiras, na qual o torna mais difícil de permanecer, essa é a grande questão. Leão (2006, p.36) apresenta que “a escola é uma experiência em que entram em ações valores, projetos de vida, expectativas [...]”, possibilitando ao aluno um lugar de conforto e acolhimento para essa volta com várias barreiras, com isso, o artigo 37 da LDB traz dois incisos que assegura isso.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (Brasil, 1996,s/p).

Em suma, a necessidade da inserção, de uma busca e prática de políticas sociais na EJA, sobretudo para a mulher, a fim de estabelecer a sua inclusão e permanência nos espaços escolares. São pessoas que já estão inseridas em um mundo com maiores responsabilidades, de trabalho, casa, família e formadas pelas experiências de vida, tendo seus valores éticos e morais construídos, na qual, a volta vai ser mais complicada.

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma ótima oportunidade de iniciar ou retomar seus estudos. Como uma oferta regular, deve ser iniciativa das secretarias municipais e estaduais de educação, com vagas no Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar, e que não tiveram oportunidade de estudar, por vários fatores. Geralmente, o público da EJA são trabalhadores, empregados e donas de casas (Brasil, 2006).

Rosemary Luz e Nilce Ferreira (2021, p.7) apontam que a “marca deixada pela história de exclusão social que foi imposta ao jovem e o adulto negando o direito ao acesso à educação pública de qualidade traz consequências estereotipadas marcadas pela desigualdade social em nossa sociedade atual”. Para Diego Cittadin e Greisse Badalotti (2015),

São vários os motivos e objetivos do retorno à escola por parte das mulheres, algumas para adquirir conhecimento, garantir melhor emprego, ser contratada, não perder o emprego, conhecer novas pessoas, buscar melhores condições de vida para si e sua família. (Cittadin; Badalotti, 2015, p. 6).

Paulo Freire, educador, com pensamentos e as contribuições educacionais, sobre o ensino de Jovens e Adultos, assim que achava importante a viabilização de uma educação crítica, reflexiva e emancipatória, na busca em tornar o sujeito “capaz de tomar suas próprias decisões de forma consciente, participando ativa e democraticamente das decisões políticas, por passarem a reconhecer, defender e lutar por seus direitos e deveres sociais”. (Almeida, Fontenele e Freitas, 2021, p. 2).

Enormes são os fatores que fazem a volta das mulheres para escola ser complicada, o principal de todos hoje em dia, é o se deixar em segundo plano, sempre colocar prioridades na frente de si mesma, o marido, os filhos, o lar e o trabalho. Na qual, o ambiente de sala de aula

acaba sendo um refúgio, um mundo de conhecimentos e portas jamais abertas, onde as professoras têm um maior desafio que é a permanência delas em sala de aula.

Observamos uma ajuda entre si, o companheirismo, na qual, muitas encontram um grupo de mulheres que moram próximas e vão toda a noite em busca dos seus estudos, muitas ainda têm que levar seus filhos/as pequenos/as ou até mesmo seu/as netos/as, porque não tem com quem deixar. Outras passam por uma rotina exaustiva, cogitam até em não ir para a aula, para descansar um pouco ou até adiantar as coisas de casa para no dia seguinte bem cedo ir trabalhar, em fábricas ou em casas de famílias. (Oliveira, 2023).

Com estudos na área, três pesquisadoras, Cármen Eiterer, Jaqueline Dias e Marina Coura (2014), destaca um eixo em torno da situação econômica familiar, na qual, muitas mulheres se coloca em segundo plano

A necessidade de contribuir com a manutenção da família ou mesmo de arcar sozinha com as despesas, faz com que as mulheres busquem o trabalho. Entretanto, a baixa escolaridade dificulta o ingresso no mercado de trabalho, levando-as, por vezes, ao retorno à escola, em diferentes etapas da vida, neste caso, na modalidade EJA. (Eiterer; Dias; Coura, 2014, p. 171).

Ao olhar de um modo mais abrangente podemos ver que as questões sócio-históricas de cada mulher é gigantesca, onde cada uma tem uma história, uma luta e representa uma singularidade. O que a faz ser única é a garra e força de vontade para conseguir um direito seu, que por consequências da vida foi negado, de forma muitas vezes bruta, com agressões físicas e emocionais, na qual se permeia a muito tempo. Alguns reflexos da própria infância na qual viu acontecer até mesmo com sua mãe, tias e/ou entes mais próximos.

A nossa sociedade tem sido muito o reflexo do passado, mesmo tendo alcançado um estágio considerável de desenvolvimento, através de lutas constantes para acabar com todas as desigualdades. Hoje, ainda é possível perceber a falta de políticas sociais, sobretudo, para mulheres, a fim de estabelecer uma inclusão e permanência na escola. Assim, o espaço escolar, a sala de aula e o próprio currículo da EJA, podem ser mecanismos que vão favorecer a permanência dessas mulheres na escola.

De acordo com Maria Luiza Rizotti (2001) as políticas públicas como mecanismos compensatórios, que têm como objetivo compensar as desigualdades pela distribuição de serviços públicos. Assim, as políticas direcionadas aos sujeitos e sujeitas da EJA, devem proporcionar a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma igualitária, devem assegurar à população o direito de cidadania às diversas políticas sociais.

Para Miguel Arroyo (2010) existe um ponto de vista à luz da desigualdade, o tratamento genérico das desigualdades tem sérias consequências para a formulação das políticas educacionais, sua gestão e análise, visto que elas têm classe, raça, etnia, gênero e lugar, por isso

Freire acreditava na dialogicidade como a principal ferramenta para gerar uma educação libertadora, onde o educador desde o início do seu trabalho, considerando o planejamento, execução e a avaliação do mesmo, deveria interagir com os educandos, com o cuidado de não impor sua visão de mundo, mas que alargassem as suas visões de mundo, por passarem a considerar e valorizar os conhecimentos prévios, lugares de falas, reflexões e percepções sociais ocasionadas por todos os envolvidos. (Almeida, Fontenele e Freitas, 2021, p.3).

Diante disso, concordamos com Rita de Cássia Gonçalves (2014, p. 55), quando aponta que é necessário “pensar em processos pedagógicos que permitam a permanência e potencializem os êxitos requer que se pense para além do pertencimento de classe social do sujeito”. Essa ação só será possível mediante políticas específicas para o público da EJA, sobretudo, que considerem as especificidades das mulheres, frente às desigualdades de gênero existentes na sociedade. Pois, somente assim, a educação estará cumprindo seu papel social, de combate às desigualdades.

Considerações Finais

3291

O presente estudo, se propõe a ser um meio de ampliar as reflexões a respeito das relações de gênero e as possibilidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA no contexto de diminuição das desigualdades oriundas do gênero, as quais só foram tensionadas, graças aos movimentos de mulheres na luta para conseguir a diminuição das discrepâncias sociais, econômicas, políticas e de gênero existentes, através dos movimentos feminista e movimento feminista negro.

Após o exercício de reflexão sobre os efeitos, as dificuldades e as lutas inerentes ao processo de escolarização das mulheres, bem como o modo como as relações de gênero influenciam em sua integração e permanência na escola, foi possível concluir que a além das questões de sobrecarga familiar, da necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, maternidade é um dos fatores que levam as mulheres a deixarem a escola, bem como dificulta seu acesso ao mercado de trabalho, devido às representações simbólicas em torno do gênero.

O ato de se negligenciar muitas vezes, faz com que fique sempre em segundo plano, colocando outros com prioridade maior.

É sabido que a educação é um direito adquirido e garantido em lei, no entanto, as relações e desigualdades de gênero, podem contribuir para que muitas mulheres abandonem a escola. Contudo, podemos inferir que a EJA é um caminho eficaz para que mulheres que não conseguiram finalizar os estudos na idade esperada, possam retornar para a sala de aula. As mulheres-mães muitas vezes criam suas redes de apoio na escola e na sala de aula, para conseguirem finalizar o processo de escolarização, pois veem a educação como um caminho para melhorar suas vidas e de suas famílias.

É necessário ressaltar a importância da reinserção das mulheres nas salas de aulas, dando a elas as oportunidades que foram tiradas, de forma injusta, abusiva e atos de dominação relacionados ao gênero, a classe, às sexualidades ou a cor. A família é de extrema importância para essa reinserção, na qual, são os primeiros motivadores para que esse retorno seja contínuo, pois os percalços apareceram a todo momento.

E por fim, reitera-se a necessidade de políticas públicas que possam garantir a permanência das mulheres na EJA, são elas que vão colaborar para que as mulheres não voltem a se afastar dos seus estudos.

Referências

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Rhela**. Vol. 13. Ano 2009, p. 11 - 27.

ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales; FREITAS, Ana Célia Sousa. (2021). Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1 - 11, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6151>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc. [online]**. 2010, v. 31, n. 113, p. 1381-1416. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2022.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista de Estudos feministas**. Ano 3. n.2, 1995, p. 458-463. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos alunas e alunos da EJA**. Brasília, 2006.

CITTADIN, Diego; BADALOTTI, Greisse Monser. **EJA e Mulheres: Os motivos e objetivos do retorno à escola das mulheres Frequentadoras na EJA Unidade de Urussanga - SC.** 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/368/EJA%20E%20MULHERES.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 abril 2024.

CONQUISTAS femininas ao longo da história do Brasil, **TREE Diversidade**, 2022. Disponível em: <[Conquistas femininas ao longo da história do Brasil \(treediversidade.com.br\)](http://treediversidade.com.br)>. Acesso em: 03 de out. 2022.

EITERER, Cármen Lúcia; DIAS, Jaqueline D'Arc; COURA, Marina. Aspectos da escolarização de mulheres na EJA. **Perspectiva**, v. 32, n. 1, p. 161–180, 30 abr. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p161>>. acesso em: 15 abr. 2024.

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Processos pedagógicos para permanência e êxito.** Florianópolis : IFSC, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. **Anpocs**. p.223-244. 1984. Disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Gonzalez_RacismoESexismoNaCulturaBrasileira.pdf> Acesso em: 15 abr. 2024.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.1, p. 31-48, jan./abr. 2006.

LIBERATO, Ermelinda. Wollstonecraft, uma defensora dos direitos das mulheres: a propósito do livro. **Cadernos Pagu**, n. 58, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/59wZFFfNXCGh8vdvtgxmjtjzG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13abr. 2024.

LIMA, Daniela de Jesus. Educação, Diversidade E Desigualdade. In: **Anais... IV Colóquio Internacional: Educação e contemporaneidade.** São Cristóvão, Sergipe, 20 a 22 setembro de 2012. Disponível: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/47/121.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: MARIE, Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Contexto/UNESP, 2020. p. 443-481.

LUZ, Rosemary; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. A História das mulheres: presença na Educação de Jovens e Adultos. In: **anais... PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU)**, 29. , 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021 . p. 2199-2208. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20324>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OLIVEIRA, Lissandra Cassiano de. 59f. **Mulheres mães na EJA: das dificuldades às superações, quando não existe a opção desistir.** João Pessoa, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia). Graduação em Pedagogia - área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 2018.

PIRES, Desirée; MOTTA CASTRO, Amanda. Todo espaço é político: Ativismo de Mulheres nas redes sociais. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 143–161, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/49604>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RODRIGUES, Cristiano Santos. PRADO, Marco Aurélio Máximo (2010).. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3): 445-456, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. São Paulo: INEP, Fundação Carlos Chagas, 1990.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v.22, p. 39-56, set 2001. disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3873>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Geovânia Lúcia dos. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 107–125, dez. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 556–571, 1 set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpg8sfQm4kzWZCw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Autor 1:



Nome Completo: Luana Pereira de Andrade

Discente 8 semestre do curso de graduação em Licenciatura Em Pedagogia pelo(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, Faço parte dos Programas: Programa de Residência Pedagógica (PRP) pela CAPES e Participo do núcleo de estudos NEPE-PROALFA

Email: 201920196@uesb.edu.br

luanaandra345@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1626525455064555>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0192-0159>

Autor 2:



Nome Completo: Dailza Araújo Lopes

Professora assistente na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa ativista, Coletivo Angela Davis/ UFRB.

Email: dailza.lobes@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7189901485894854>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0537-076X>